

## CENTRO E CENTRALIDADE, UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL\*

William Ribeiro da SILVA\*\*

**Resumo:** A compreensão das diferentes concepções teóricas sobre o centro e centralidade é o objetivo fundamental deste texto, partindo das análises das abordagens feitas por diferentes correntes de pensamento em variados períodos temporais, desde a concepção de estrutura urbana até a noção de estruturação urbana. Desta forma percebemos uma grande variedade nas análises, bem como as limitações e méritos de cada corrente teórica.

**Palavras-chave:** Centro; Centralidade; Estrutura Urbana; Estruturação Urbana.

**Resumen:** El objetivo fundamental del presente texto no es otro que el análisis de las diferentes concepciones teóricas sobre centro y centralidad, partiendo de los abordajes llevados a cabo por distintas escuelas de pensamiento en diferentes épocas, desde la concepción de la estructura urbana hasta la noción de estructuración urbana. De este modo percibimos gran variedad de enfoques, así como las limitaciones y ventajas de cada corriente teórica.

**Palabras llave:** Centro; Centralidad; Estructura Urbana; Estructuración Urbana.

### INTRODUÇÃO

A compreensão das diferentes concepções teóricas que abordam a noção de centro e centralidade são indispensáveis para o entendimento da forma urbana, passando pelo conceito de estrutura e pelo conceito de estruturação urbana (reestruturação)<sup>1</sup>.

Temos como objetivo neste texto, contribuir com elementos para o debate sobre o conceito de centro e centralidade, apontando e criticando diversas linhas de interpretação teórico-conceituais, discutindo a forma urbana do que está fixo e do que está em movimento; do que é estático e do que é cinético. Portanto, numa análise que avança da forma ao conteúdo e que explicita a atuação e os interesses envolvidos na produção e na apropriação do espaço urbano.<sup>2</sup>

Sabe-se que as primeiras cidades datam da Antiguidade<sup>3</sup>, mas encontram um processo de intensificação, de disseminação e, sobretudo, da ampliação da divisão social e territorial do trabalho (dinâmica complexificada), a partir da consolidação do modo capitalista de produção, resultado de várias transformações espaciais e temporais, sempre objetivando a acumulação do capital. Com isso, nossa análise se dará a partir deste modo de produção, considerando seus diferentes estágios de desenvolvimento.

\* Texto produzido para avaliação final da disciplina de Urbanização e Produção da Cidade, coordenada pela Prof.a Dr.a Maria Helena Beltrão Sposito.

\*\* Mestrando em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente-SP. E-mail: williamribeiro@hotmail.com

<sup>1</sup> Considera-se a estrutura urbana como um recorte temporal da estruturação urbana que deve ser entendida com um processo, que apresenta um conceito semelhante ao de reestruturação, sendo utilizado por alguns autores com a noção de reforçar a idéia de estrutura e reconstrução.

<sup>2</sup> Para um maior entendimento da produção do espaço urbano ver CARLOS (1994) e para a apropriação do espaço urbano, ver SEMY e VOYE (1994).

<sup>3</sup> Para maior entendimento, ver MUNFORD (1985)

## 1 A NECESSIDADE DE CONCENTRAÇÃO

A cidade pode ser considerada como espaço de produção, circulação e consumo. Portanto, inserida na lógica capitalista, que suscita a necessidade de concentrar equipamentos, atividades e serviços de modo que as relações econômicas e sociais possam conquistar maior dinamicidade.

Esta concentração leva a uma centralização urbana, constituindo áreas centrais que implica numa articulação diferenciada nos usos do solo, alterando a forma urbana e tornando-a mais segmentada social e espacialmente. As áreas centrais constituem uma atração, expressando centralidades urbanas, que podem ser múltiplas numa mesma cidade e devem ser entendidas a partir dos fluxos que geram de pessoas, de automóveis, de capitais, de decisões, de informações, sobretudo, de mercadorias.

É pela existência destes fluxos, que apontamos a necessidade da concentração anteriormente mencionada, de modo que a agilidade seja favorecida e, por conseguinte, a acumulação de capital se efetive mais facilmente.

Lefebvre (1999), lembra que a mais-valia foi primeiramente produzida no campo e deslocou-se para a cidade na medida em que esta se transformou na sede da produção artesanal, depois da indústria, dando ao centro urbano um importante papel nos três aspectos da mais-valia.<sup>4</sup>

Então temos a própria forma do espaço urbano provocando a concentração e dispersão: pessoas concentradas, acumulações diversas, etc. Sendo estes orientados pela busca de maior acessibilidade, procurando ampliar a acumulação.

Segundo Sposito (1991, p. 6),

*"O centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo um ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, um lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, é o ponto a partir do qual todos se deslocam para a interação destas atividades as locais com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela".*

Portanto, percebe-se que o centro da cidade exerce/expressa uma centralidade que se dá sob duas escalas, a intra-urbana e a interurbana. Mas esta discussão retomaremos adiante.

## 2 CENTRO E CENTRALIDADE A PARTIR DO CONCEITO DA ESTRUTURA URBANA

A visão da estrutura urbana considera o centro como algo fixo, preocupando-se com a forma e com a localização, procurando realizar uma minuciosa descrição das áreas em estudo visando evidenciar o padrão de concentração, estabelecendo modelos que dêem conta de explicar a forma de espaço urbano.

Esta linha de pensamento, defendida pela Escola Estruturalista de Chicago<sup>5</sup>, também conhecida por Ecologia Urbana, recebeu muitas críticas pela Escola Francesa Clássica, por e

<sup>4</sup> A importância de mencionar a extração da mais-valia se deve à sua importância na (re)produção do modo capitalista de produção e consequentemente à concentração de riquezas. Esta concentração se expressa também no espaço urbano.

<sup>5</sup> A Escola de Chicago que foi precursora da Geografia Quantitativa, buscou uma matematização da Geografia e influenciou grande parte das pesquisas, urbanas ou não, no mundo e inclusive, no Brasil. Encontrou como grandes adeptos/defensores pesquisadores da Universidade Estadual Paulista de Rio Claro-SP e do IBGE, que limitaram a importância das pesquisas de campo e buscavam realizar análises sobre dados, gerando estatísticas como guisa de interpretação da realidade.

... mais sobre a gênese histórica e sobre as características físicas da área em estudo, ... contrária à formulação de modelos.

Johnson (1974) analisa as estruturas urbanas a partir das diferentes teorias formuladas na Escola de Chicago durante a primeira metade do século XX, e considera terem sido ... por apresentarem repetições na disposição geográfica das áreas, de acordo com uma ... de fatores, como por exemplo, o valor do solo, a acessibilidade e o processo histórico de ... urbano.

Percebemos que nas diferentes teorias do uso do solo nas cidades na Escola em questão, ... em evidência é a localização e a generalização, constituindo-se em modelos. A seguir ... rápida síntese de cada um, apresentadas por Johnson (1974):

- a) O primeiro modelo apresentado foi o das "Áreas Concêntricas" formulado por Burgess em 1923, cuja organização espacial tinha como fundamental a consolidação do CBD urbano (Central Business District), o centro de negócios, e este seria circundado por áreas industriais de transição, em seguida por áreas de moradia operária e posteriormente de moradia burguesa;
- b) A Segunda teoria/modelo, apresentada pelo autor é a "Teoria Setorial" criada por Hoyt em 1939, sendo considerada um "aperfeiçoamento" da Teoria concêntrica, pois também dispensava fundamental importância ao CBD urbano, como agente centralizador, mas acrescentaria o uso industrial que não se "encaixava" na teoria anterior;
- c) A terceira teoria/modelo exposta, é a dos "Núcleos Múltiplos", formulada por Harris e Ullman, considerada mais complexa que as anteriores por aceitar a existência de centro secundários especializados pela cidade. Johnson (1974) ainda chega a afirmar que esta contemplava aspectos sociais, econômicos e históricos das cidades. Citando como exemplo o caso da cidade de Londres, que teria constituído sua área mais importante dos negócios sobre a cidade medieval.

Johnson (1974) defende a idéia de que a última teoria conteria implicitamente as duas ... (Concêntrica e Setorial), e por isso deveria servir de guia orientador aos estudos de ... urbana, mas não como uma generalização rígida sobre a forma urbana das cidades.

Porém, percebe-se a nítida intenção na formulação de modelos, que são pautados no ... fixo, ou seja, na estrutura urbana. Quando Johnson (1974) recomenda que os estudos ... seguir o modelo dos núcleos múltiplos, tem-se que pensar, equivocadamente, que todas as ... apresentam características semelhantes, no que diz respeito aos aspectos físico ... (geográfico) e histórico (social). Temos, então, uma generalização que pode obscurecer o ... científico.

Esta forma de estudar o espaço a partir de critérios nitidamente economicistas, com base ... no Positivismo, não considerava os conflitos das classes sociais e reconhece a ... e segregação sócio-espacial como algo "natural", não buscando uma interpretação ... que levam a ocorrência de tal fato.

A contribuição de Soja (1993, p.216) corrobora com o raciocínio de modo que,

*"A Escola dos Ecologistas Urbanos de Chicago revelou a geometria geral da regionalização urbana particular, mas sepultou sua poderosa instrumentalidade sob uma obscurecedora ideologia do naturalismo e/ou do relativismo cultural. Posteriormente, essa instrumentalidade seria enterrada ainda mais fundo, à medida que a lógica das economias neoclássicas tomou conta da teoria urbana e fez dela um espaço disciplinador próprio."*

A Escola de Chicago recebeu muitas críticas da Escola Francesa Clássica e buscou a reavaliação dos estudos, conseguindo avançar-se no que diz respeito à localização dos equipamentos urbanos e das atividades econômicas. Porém, continuam restritos à estrutura urbana, ou seja, ao que está fixo no território, não considerando o que está em movimento interior e que o movimenta. Considerando como essencial a constituição da área central, a centralidade que irá exercer.

Beaujau-Garnier (1980, p.210) afirma que:

*"O comércio procura a posição mais central possível para tirar o máximo proveito da rede convergente de comunicações que caracteriza sempre as estruturas urbanas."*

Aponta também para a existência de uma série de áreas centrais que aparecem de forma secundária ao CBD central, como os centros regionais, principais, centros comerciais regionais, centros de bairros, centros de vizinhança, alinhamentos comerciais e áreas especializadas em certas funções.

Consideramos uma espacialização das áreas centrais pela cidade em busca de melhores facilidades de acumulação de capital, sendo que se considera fundamentalmente o que está em movimento ou seja, os estabelecimentos.

Sobre o centro de negócios, Beaujeu-Garnier (1980, p. 339) afirma que:

*"É a própria expressão do poder urbano, o coração vivo da cidade, cuja localização e extensão, pelos tipos de atividades nele concentradas, o estado de modernização ou de abandono que revela, os trabalhos que nele asseguram a permanência, o progresso ou a reconquista, o centro de negócios traduz as fases da vida urbana, a sua continuidade ou alteração, os efeitos da política administrativa, assim como os das capacidades locais, nacionais e, por vezes, internacionais."*

George (1983) expõe que o fato de haver diferenciação interna nas cidades é decorrente da existência de massas que possuem caráter dominante, como zonas industriais, zonas de entreposto, de manipulação e de trânsito de mercadorias.

Portanto encontramos, tanto no texto de Beaujeu-Garnier, quanto de George (ambos da Escola Francesa Clássica) uma vinculação com o conceito de estrutura urbana, mas que em ambos os casos, procuraram realizar uma série de estudos empíricos para nortear as afirmações a partir da gênese do processo urbano (histórico analítico) e aceitando diferenças de análise entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e também entre cidades de portes diferenciados.

### 3 CENTRO E CENTRALIDADE A PARTIR DO CONCEITO DA ESTRUTURA URBANA

A partir da estruturação urbana, teremos uma interpretação que não se prenderá somente ao que está fixo no território, mas também sobre o que está em movimento - os fluxos.

Consideramos que o espaço urbano é produzido/(re)produzido continuamente com a articulação dos diferentes usos do solo, possuindo a visão do espaço urbano como um todo conjunto.

Segundo Lefebvre (1999), as funções, as estruturas e as formas não se mostram suficientes para explicar a essência do fenômeno urbano, encontrando apenas na centralidade o cerne da questão. Mas a centralidade vista enquanto movimento dialético, que a constitui e destrói: que a cria e a destrói.

ouve uma  
ação dos  
idéia de  
ta no seu  
, e não de

o máxima  
za quas

de forma  
iais sub-  
e áreas

e maiores  
está fixo

ade. Pela  
trados, e  
s que lhe  
entro de  
ernância  
es locais

ecorrente  
zonas de

umbos da  
que em  
rmações  
álise em  
s.

RAÇÃO

somente

com uma  
todo ou

mostram  
alidade o  
stitui e a

Encontramos, portanto, na centralidade urbana o elemento que realiza a ligação com as  
partes da cidade, vista enquanto conjunto.

Lefebvre (1999, p.111) ainda acrescenta:

*"A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E no entanto ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações."*

A partir dessa relação dialética, de criar/destruir, de  
centralizar/descentralizar/(re)centralizar é necessário uma correlação com o conceito de  
reestruturação/reestruturação urbana.

Soja (1993) contribui para o debate considerando que reestruturação constitui uma  
opção de tendências seculares, evocando uma combinação seqüencial de desmoronamento e  
destruição, de desconstrução e de tentativa de reconstituição.

O autor ainda faz o relacionamento do processo de reestruturação com a evolução  
histórica, passando pelas insurreições urbanas dos anos 60 até a recessão mundial e do período  
1973-1975 até a sociedade Pós-industrial, sendo que o ponto de partida é a ligação entre a  
reestruturação e a espacialização, gerando (re)arranjos espaço-temporais.

Portanto, a estruturação urbana deve ser entendida enquanto processo de modificação  
contínua das estruturas urbanas, sendo estas, apenas recortes temporais dessa dinâmica. A  
produção e (re)produção do espaço urbano se faz de forma coletiva, mas sua apropriação se faz  
de forma privada onde ocorre o consumo do/no espaço<sup>6</sup>, com caráter seletivo.

Continuando a discussão da centralidade, Lefebvre (1999) lembra que a concentração  
presente no urbano, se enfraquece e se rompe, necessitando um novo centro, uma periferia, um  
outro. "A criação se interrompe, mas por sua vez para criar" (Lefebvre, 1999, p. 112)

Continua ainda afirmando que,

*"o urbano é cumulativo, de todos os conceitos, seres da natureza, resultados da  
indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de  
viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano."*(p. 112)

Portanto, deve-se ter a relação entre as formas e os conteúdos os sujeitos e os  
objetos, mas sobretudo da forma, Lefebvre (1999, p.112-113) destaca que há a tendência:

*"a) à centralidade, através dos distintos modos de produção, das diferentes  
relações de produção, da tendência que vai atualmente, até o centro  
decisional, encarnação do Estado, com todos os seus perigos;  
b) à policentralidade, à oniscencialidade, à ruptura do centro, à  
disseminação, tendência que se orienta seja para a constituição de centros  
diferentes (ainda que análogos, eventualmente complementares), seja para  
a dispersão e para a segregação".*

Percebemos portanto, uma tendência de descentralização e de uma conseqüente  
recentralização, expressando uma centralidade multicêntrica, que amplia a espacialização intra-  
urbana, distribuindo os fluxos e ampliando a diferenciação/ segmentação urbana. Estas novas  
centralidades podem aparecer em diferentes escalas, sendo de atuação intra e inter urbana, e se

<sup>6</sup> Deve-se que além do consumo no espaço ocorre também o consumo do espaço pela transformação do espaço em mercadoria, o que possui valorização e está sujeito à especulação fundiária/imobiliária. Para maior aprofundamento ver GOTTDIENER (1985).

diferenciando quanto à camada social a que atendem, sendo portanto, segmentada quanto ao nível de rendimento.

A contribuição de Sposito (1991, p.16) corrobora com o pensamento, de modo que

*"O processo de produção de novas formas/expressão da centralidade, com os reforçadores da noção de concentração, na medida em que se representam em novas formas de centralidade, ao se exprimir numa 'poli(multi)centricidade', resulta, portanto, numa estrutura urbana multinuclear, que caminha para a segregação espacial."*

As novas centralidades que se formam podem se constituir em subcentros, que são áreas distantes do centro tradicional, e que apresentam uma gama de serviços e equipamentos que, em menor escala, conseguem atender às necessidades locais de uma certa população. Surgem, também, áreas de expansão do centro tradicional da cidade, sendo, geralmente, especializadas em determinadas funções, também em desdobramentos do centro tradicional, ainda shopping centers, que geralmente atendem a uma escala regional (interurbana) e atendem a população com rendimentos mais elevados, sendo constituídos pelos equipamentos que formavam o centro tradicional mononuclear.

Vários são os fatores<sup>7</sup> que contribuem para ocorrência de novas centralidades, dentre eles apontaremos os que foram destacados por Sposito (2000), como: imobiliários na construção de novos equipamentos comerciais e de serviços; acelerada expansão territorial urbana, gerando tecidos descontínuos e fragmentados; ampliação da diferenciação sócioespacial e na organização das formas de transporte, com destaque para o aumento do uso do transporte individual.

É ainda importante ressaltar que as centralidades que são formadas de modo a ampliar a espacialidade urbana, podem expressar modificações em certas escalas temporais, sendo algumas baseadas não apenas no que está fixo/estático, mas pelo que se movimenta/cinético, ou seja, fluxos. Desta forma, encontramos as centralidades que variam num mesmo dia, como o encerramento do horário de funcionamento de atividades comerciais no centro tradicional e o prolongamento do funcionamento de um shopping center, a título de exemplo.

Portanto, verificamos que a interpretação do centro e da centralidade através da estruturação urbana, surge com o trabalho de vários pesquisadores, que se utilizam da dialética marxista, pautada no materialismo histórico, como Manuel Castells e sobretudo, Henri Lefebvre. Este último enfatizou a relação da centralidade urbana com os fluxos internos e regionais, conquistando um melhor entendimento da realidade urbana.

#### 4 A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA REDEFINIÇÃO DA CENTRALIDADE URBANA

Como já dito anteriormente, a produção/(re)produção do espaço urbano se faz de modo coletivo, através de diferentes agentes produtores do espaço urbano, entre eles: proprietários fundiários, construtores, imobiliárias, movimentos sociais e, sobretudo, o Estado.

Estes diferentes agentes produtores do espaço urbano, atuam seguindo a orientação capitalista deste modo de produção, mesmo os movimentos sociais, que seriam uma parte do modo de produção incluída de forma perversa<sup>8</sup>, e que teriam que ocupar áreas inapropriadas para a habitação para poderem realizar suas reproduções. No entanto, os demais agentes interferem

<sup>7</sup> Vale ressaltar que a descentralização/(re)centralização ocorreu de forma mais facilitada nas cidades metropolitanas durante o período posterior à Segunda Guerra Mundial, devido, principalmente, ao elevado crescimento espacial e populacional destas cidades, mas recentemente este fato ocorre também nas cidades de porte médio, ao que os fatores apontados explicam este processo.

<sup>8</sup> José de Souza Martins em conferência durante o Simpósio Internacional sobre Migrações, realizado em São Paulo em 1990, no Museu da Imigração.

quanto à seletiva de acumulação de capital, seja na especulação imobiliária através da valorização do espaço urbano, por meio da incorporação de novas áreas ao tecido urbano.

Para que estes agentes possam realizar a acumulação de capital, é necessário que haja a produção, por parte do poder público, na constituição/implementação de infra-estruturas, que possibilitem as relações capitalistas.

No espaço urbano, recursos públicos, oriundos da cobrança de impostos, são empregados na constituição de projetos realizados pelas elites que dominam o poder público, gerando portanto, uma produção do espaço urbano de forma coletiva, mas com uma apropriação privada.

Esta apropriação se faz de forma privada, primeiro por se destinar a projetos da iniciativa privada e, em segundo, por não ser acessível a todas as camadas sociais.

A este respeito, Damiani (1999) lembra a ocorrência de grande alienação urbana por parte dos imigrantes que chegam à São Paulo e que não se sentem proprietários de espaços coletivos-públicos, considerando que são destinados a camadas de rendimentos mais elevados.

No caso da incorporação de novas áreas no espaço urbano, com a alteração de leis de uso do solo urbano, permitindo a presença dos chamados vazios urbanos no seu intermédio, estas áreas de valorização, culminam por muitas vezes na constituição de subcentros, que possuem uma centralidade local.

Aliada à incorporação de novas áreas periféricas<sup>9</sup>, a descentralização do transporte urbano, que foi bastante difundido nas metrópoles e que atualmente vêm sendo implantada em cidades de porte médio, constitui um importante fator na formação de novas centralidades, por criar novas áreas de concentração/dispersão de pessoas e por permitir que as pessoas, que dependem deste transporte, desloquem-se no espaço urbano sem passarem pelo centro tradicional.

A implementação de infra-estruturas que possibilitam maior facilidade de deslocamento, como avenidas rápidas, viadutos, etc, aliada a maior acessibilidade ao automóvel, permitem um deslocamento maior por parte da população e, portanto, constituem um importante elemento que incorpora novas áreas ao tecido urbano, permitindo a instalação de equipamentos comerciais (shopping centers, hipermercados, etc) e expressando uma nova centralidade no espaço urbano, que pode atuar tanto na escala intra-urbana como na regional.

Portanto, o poder público cria mecanismos de seletividade na apropriação do espaço urbano e termina sendo regulador da segmentação social e espacial do espaço urbano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, portanto, que a análise das áreas centrais, que expressam centralidades em diferentes escalas de abordagem e, também, com diferentes padrões socioeconômicos, é fundamental para o entendimento do espaço urbano, em sua estruturação/reestruturação, que se faz de forma contínua e que produz e (re)produz a descentralização/(re)centralização, pois se trata de um processo dinâmico.

Esta dinâmica termina por concentrar diferentes atividades econômicas e sociais, bem como os equipamentos urbanos, facilitando a tomada de decisões e, portanto, a própria reprodução capitalista.

A análise de centro e centralidade, num contexto histórico-conceitual, permite verificar a evolução do conhecimento científico, que é cumulativo (assim como a própria estruturação urbana) e permite ampliar o debate sobre as formas urbanas, que não podem ser pensadas de

<sup>9</sup> Consideramos como periféricas áreas que estão distantes do Centro Tradicional da cidade (geralmente de ocupação recente) que podem ser ocupadas pela população de diferentes níveis de rendimento, como assentamentos urbanos e favelas ou condomínios exclusivos das classes de rendimento elevado. Portanto, não temos no entendimento de periferia o conceito tradicionalmente empregado de "área pobre".

maneira estática, através de modelos, mas sim de maneira dinâmica, com a ênfase nas relações entre pessoas, automóveis, decisões, conhecimento, capitais e, sobretudo, mercadorias.

Devemos ressaltar, ainda, que a produção do espaço urbano não se dá de maneira harmônica, mas sim a partir dos conflitos e/ou alianças entre os interesses das elites e das classes populares, mas sempre sob a força reguladora do poder público, que torna-se o instrumento de legitimidade às primeiras.

Lefebvre (1991, p. 53) afirma que:

*"A cidade se transforma não apenas em razão de 'processos' relativamente contínuos (tais como o crescimento da produção e a ocorrência das épocas, com suas conseqüências nas transformações do desenvolvimento da racionalidade) como também em razão de modificações profundas no modo de produção, nas relações de produção, no campo, nas relações de classes e de propriedade"*

Portanto, a policentralidade que amplia/explicita a segmentação social decorrente dos conflitos das classes sociais e, portanto, da lógica da (re)produção do espaço produtora de mercadorias.

Devemos ainda considerar a noção de fragmentação do espaço urbano, que se dá pela constituição de novas áreas periféricas, com a permanência dos chamados vazios urbanos. Salgueiro (1998) aponta a existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socioespacial que os cerca. E afirma que a fragmentação traduz o aumento da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios.

Entendemos então que o centro urbano, que concentra e centraliza, sofre com a saturação, podendo surgir outro foco privilegiado de convergência, sendo o espaço urbano polí(multi)centrico. (Lefebvre, p.1999)

Isto se possibilita pela acessibilidade privilegiada que o centro urbano gera e exerce influência e conexão com as demais partes da cidade, tornando-a um conjunto complexo.

Percebemos, portanto, que a evolução histórico-conceitual ampliou as possibilidades de entendimentos da lógica de produção e de apropriação do espaço urbano, mas também é importante perceber que a própria dinâmica do espaço urbano se modificou nas últimas décadas, principalmente em função da maior acessibilidade possibilitada pelo aumento da dinamicidade dos transportes individuais e coletivos.

Questionamos se as novas concepções de interpretação do espaço urbano, relacionadas à estruturação urbana, seriam capazes de explicar a lógica do espaço urbano no início do século XX, ou se as concepções baseadas na estrutura urbana seriam realmente as mais apropriadas para a lógica da época?

Acreditamos que a primeira hipótese seja verdadeira, devido ao relacionamento das centralidades com os fluxos de pessoas, equipamentos, informações, conhecimentos, capitais e mercadorias, que são fundamentais para a dinâmica da cidade no modo capitalista de produção (em qualquer estágio), e que a corrente de base no conceito de estrutura urbana não contempla

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. O comércio na cidade. In: \_\_\_\_\_ **Geografia urbana**. Trad.de Raquel Soeiro de Brito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980. p. 203-300.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) produção do espaço urbano**. São Paul: Edusp, 1998.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.



- fluxos de  
de forma  
essas com  
rve com
- globe  
aterial  
s, ou  
ção  
cidade
- spacial  
sociedad
- surge  
urbano  
de com  
nterno  
ritórios  
nge uma  
o urbano
- xercendo
- dades de  
verdade  
mente em  
ansportes
- onadas  
o século  
idas para
- ento das  
apitais e  
rodução  
mpla.
- urbana  
3-364.  
1994.  
97.
- MEANI, Amélia Luísa. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: \_\_\_\_\_ **O Espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 118-131.
- GE, Pierre. A estrutura do organismo urbano. In: **Geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1983. p. 74-87.
- TTDIENER, Mark. A produção social do espaço. São Paulo: Edusp, 1993. p. 115-158.
- SSON, James H. El centro de la ciudad. In: \_\_\_\_\_ **Geografia urbana**. Trad. de Joan Cuatrecasas, Barcelona: Oikos-tau, 1974. p. 152-247.
- EBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- EBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte, UFMG, 1999.
- EBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.
- CCONE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. Trad. Estela dos Santos Abreu. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ENFORD, Lewis. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.
- NTAUDI, Silvana Maria. Os shoppings-centers brasileiros e o problema da valorização do espaço urbano. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 65, p. 29 - 48, 1987.
- AMY, Jean ; VOYÉ, Lilliane. Contexto urbanizado e efeitos de estrutura social. In: \_\_\_\_\_ **A cidade: rumo a uma nova definição?** Trad. José Domingues de Almeida. Porto: Afrontamento, 1992. p. 113-144.
- CHEFORT, Michel. **Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a Região**. Trad. Antônio de Pádua Danesi, São Paulo: Hucitec, 1998.
- GUEIRO, Tereza Barata. Cidade Pós-Moderna: espaço fragmentado. In: \_\_\_\_\_ **Território**, Rio de Janeiro, v.3 n.4, 39-54, jan.1990.
- NTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo:Hucitec, 1981.
- POSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Território**, Rio de Janeiro, v.3, n.4, p.27-38, jan./jun.1998.
- POSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: \_\_\_\_\_ **O Espaço no fim de século. A nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.
- POSITO, Maria Encarnação Beltrão. Centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**. Presidente Prudente, v.10, p.1-18, 1991.
- POSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidade: espaço e tempo (ensaaiando a reflexão). **Revista de Geografia**. São Paulo, v.11, p.89-98, 1992.
- POSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Novas formas comerciais e a redefinição da centralidade intra-urbana**. [s.l.: s.n.], 2000 (mimeo)
- SCIA, Edward W. **Geografias pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- ELLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.